

VALORIZAR QUEM TRABALHA DEFENDER A AdP

RESOLUÇÃO

A concentração das empresas do Grupo Águas de Portugal, parcialmente revertida neste novo quadro político, que visava criar as condições para a sua privatização, agravou a existência de regimes e práticas laborais distintos e as profundas desigualdades entre trabalhadores, que urge resolver.

Esta situação, associada à perda de poder de compra generalizada nos últimos anos e incidindo de forma mais acentuada nos trabalhadores do Sector Público, torna urgente a uniformização de direitos no seio das empresas Águas de Portugal.

Após anos de luta pelos trabalhadores, foi possível criar as condições para a negociação directa do Acordo Colectivo de Trabalho para as empresas do Sector das Águas do Grupo Águas de Portugal, tendo os sindicatos afectos à CGTP-IN enviado um Memorando onde elencaram as questões mais urgentes para resolução imediata.

Face à insistência dos sindicatos num processo negocial efectivo, a Administração do Grupo enviou uma contraproposta de ACT que pretende nivelar por baixo os direitos dos trabalhadores, apresentando valores de subsídios abaixo dos actualmente em vigor, uma tabela salarial sem actualizações e, procurando impor horários de trabalho com bancos de horas, prolongando a semana de trabalho até às 60 horas, entre outras malfeitorias.

Neste sentido, e sabendo-se que a Administração se prepara para assinar com a UGT um ACT que prejudica fortemente os trabalhadores, não podem os trabalhadores e os seus sindicatos de classe deixar de questionar qual a real intenção destas propostas e de combater com firmeza qualquer tentativa da sua implementação.

Torna-se por tudo isso ainda mais necessária a união dos trabalhadores em torno da exigência de um ACT que restabeleça o equilíbrio no Grupo Águas de Portugal, consagrando os direitos já existentes e repondo aqueles que sucessivos Orçamentos do Estado vieram retirar aos trabalhadores.

Os problemas existentes na AdP são muitos, estão há muito denunciados e a sua resolução definitiva exige empenho e vontade por parte do Governo e da Administração da empresa.

Desde 2009 que a tabela salarial em vigor não sofre qualquer actualização, tendo os níveis iniciais sido «engolidos» pelos aumentos entretanto verificados no salário mínimo nacional, criando situações em que trabalhadores com 10 ou mais anos de serviço auferem os mesmos salários que outros acabados de entrar, uma injustiça inaceitável.

É por isso urgente rever toda a tabela salarial, tendo como referência o aumento do salário mínimo nacional, e uniformizar a política remuneratória, corrigindo as situações de injustiça gritante entre trabalhadores com as mesmas carreiras e categorias profissionais, funções desempenhadas e modalidades de horário praticadas, nomeadamente em relação aos subsídios de turno, subsídio de prevenção, subsídio de refeição e subsídio de transporte, de acordo com o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador.

Considerando a boa saúde financeira do Grupo, os resultados positivos em anos consecutivos, é essencial pôr fim às restrições às valorizações remuneratórias que se

mantêm presentes na proposta de Orçamento do Estado para 2018, para permitir recuperar o poder de compra pelos trabalhadores do Sector Público, onde se incluem também os trabalhadores ao serviço das empresas do Grupo Águas de Portugal.

É urgente pôr fim à precariedade e a todas as restrições impostas à contratação de trabalhadores, e reforçar os quadros de pessoal, condições indispensáveis para garantir a qualidade da prestação deste serviço público fundamental.

É da mais elementar justiça a fixação de um período normal de trabalho uniforme para todas as empresas e trabalhadores do Grupo, tendo como objectivo a consagração de 35 horas semanais e 7 horas diárias para todos os trabalhadores, bem como a uniformização de regras e regimes do trabalho por turnos e prevenção, que constituem o grosso dos horários praticados.

É essencial promover a segurança dos trabalhadores, terminando com as situações de isolamento, promovendo a regra do mínimo de dois trabalhadores em todos os momentos da laboração.

É indispensável assegurar aos trabalhadores das autarquias, em regime de cedência de interesse público nas empresas do Grupo, que quaisquer alterações da sua situação profissional no seu local de origem, nomeadamente, em sede de desenvolvimento da carreira e valorização salarial, sejam plenamente garantidas.

Assim, os trabalhadores reunidos em concentração no Jardim do Príncipe Real, no dia 10 de Novembro de 2017, decidem:

- Exigir o aumento dos salários dos trabalhadores em todas as empresas do Sector Águas do Grupo Águas de Portugal em 4%, no mínimo de 60 euros por trabalhador;
- Exigir a reposição dos valores do pagamento do trabalho extraordinário, para os 50% a 75% de acréscimo para a primeira hora e horas e fracções subsequentes, respectivamente, pelo trabalho extraordinário prestado em dia útil, e 100% de acréscimo, para o trabalho extraordinário em dia de descanso semanal ou feriado;
- Exigir a uniformização de direitos e regimes de trabalho para todos os trabalhadores ao serviço das empresas do Grupo AdP;
- Exigir o cumprimento efectivo pela Administração do direito à contratação colectiva e negociação efectiva das condições laborais dos trabalhadores ao serviço do Grupo AdP;
- Lutar em defesa do serviço público essencial de Água e Saneamento de qualidade.

E decidem:

- mandar o STAL e a Fiequimetal para decidirem as formas de luta a adoptar em defesa do serviço público de Águas, em defesa da contratação colectiva e dos direitos dos trabalhadores, bem como para solicitarem audiências a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República para debater soluções para os problemas que os trabalhadores enfrentam.

- apelar à forte participação na manifestação convocada pela CGTP-IN para dia 18 de Novembro.

Lisboa, 10 de Novembro de 2017